

BIBLIOGRAFIA

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, vol. VIII, 1951 - Comissão de redação; *Marcelo Caetano, Luís Pinto Coelho e Inocêncio Galvão Teles*.

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa divulga em pequena, mas bem elaborada revista, os trabalhos de seus professôres, alguns dós quais são expoentes das letras jurídicas portuguêsas, conhecidos e acatados dos dois lados do Atlântico. O nº VIII contém a oração de sapiência sôbre os "Fins da Universidade", proferida pelo distinto civilista INOCÊNCIO GALVÃO TELES, cujos trabalhos sôbre contratos e universalidades são bem conhecidos entre nós. Merece salientada a opinião sôbre a necessidade de se integrar cada vez mais a investigação científica e cultural nas universidades, que não podem ser centros de ensino apenas, mas de criação do pensamento. Essa afirmação é contrabalançada por outra, de que o objetivo primordial do ensino não pode deixar de ser a habilitação profissional, o que leva a reduzir o quantitativo escolar, em benefício do melhor treinamento e maior eficiência dos futuros profissionais. Essas idéias não traduzem necessidades apenas da Universidade portuguêsã, mas da universidade moderna em geral, e aplicam-se com muita propriedade ao Brasil.

O Prof. JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO produz um excelente estudo sôbre o valor probatório dos livros comerciais, cuja conclusão é a seguinte: "É, pois, inteiramente justificada a opinião geralmente seguida entre nós de que, se o comerciante tiver, além dos livros indispensáveis ou obrigatórios, outros que julgou conveniente adotar, tanto uns como outros são admitidos a fazer prova em juízo. O valor probatório dos respectivos assentos será o que resultar das condições de regularidade com que os livros forem escriturados, condições que serão apreciadas em cada caso pelo juiz, que as terá em conta não só para a aplicação das regras formuladas no art. 44, quanto ao caso especial de ambas as partes serem comerciantes, como ainda para definir o valor dessa prova em presença de quaisquer outras que lhe tenham sido opostas".

O Prof. MARCELO CAETANO prossegue na publicação de interessantes documentos sôbre a administração municipal de Lisboa na 1ª Dinastia, estampando o Foral de Lisboa de 1179, diversas cartas régias de D. Sancho I,

D. Sancho II e D. Dinis, Regimento dos Corregedores de 1332 e 1340, Capítulos apresentados às Côrtes de 1331, etc.

O Dr. J. M. DA SILVA CUNHA publica valioso estudo sôbre o sistema português de política indígena, desde 1820 à época atual. Seria de grande interêsse que desenvolvesse seus estudos sôbre o sistema adotado nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, a que faz apenas ligeira menção, e que corresponderia à fase de grande experiência colonial portuguesa. Curiosa a observação sôbre a diversidade de orientação nas matérias de Direito Público, em que a Metrôpole tem procurado impor aos indígenas as instituições ocidentais, e de direito privado, em que ela tem sempre respeitado o ordenamento local.

Do Prof. LINO RODRIGUEZ BUSTAMANTE aparece um capítulo sôbre a "Obrigaçào Natural como Dever Jurídico", parte de seu livro sôbre a "Obrigaçào Natural".

A revista publica trabalhos de alunos, que revelam o excelente nível escolar da Universidade de Lisboa, sendo digna de especial louvor a monografia do Dr. RUI BRÁS MIMOSO sôbre a "Natureza Jurídica do Dote", editada em livro como suplemento.

Na parte de *Documentos*, inicia-se a publicação do Projeto de Cód. Civil para o Brasil, do VISCONDE DE SEABRA.

S. T. D.

REVISTA DE REVISTAS

Nacionais

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA - D. F., vol. 98, fasc. 294, março de 1953 - "Apropriação da marca caduca por terceiros", JOÃO DA GAMA CERQUEIRA, ALFREDO LOPES DA CRUZ e CARLOS DA SILVA COSTA. Jurisprudência. Legislação federal. Informações e Notícias.

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA - D. F., vol. 99, fascs. 295-296-297, abril-maio-junho de 1953 - "A entrega do testamento ao tabelião", ASTOLFO RESENDE; "Do direito de autor na obra difamatória", HERMANO DUVAL; "O dolo: conceituação e divisões", ROBERVAL CLEMENTINO COSTA DO MONTE. Jurisprudência. Legislação federal.

*

REVISTA DOS TRIBUNAIS - São Paulo, ano 42, vol. 211, maio de 1953 - "A propriedade na doutrina de DUGUIT", MOACIR LÔBO COSTA; "Do contrato de conta-corrente", ROBERTO BOVE; "A ação de força velha - uma singularidade do direito brasileiro", ZIEGLER DE PAULA BUENO; "A Convenção Universal sobre o Direito de Autor", PEDRO VICENTE BOBBIO; "Os imóveis vinculados de inalienabilidade são comunicáveis", PEDRO DE BUONE. Consultas e Pareceres. Jurisprudência. Leis e Decretos.

*

REVISTA DOS TRIBUNAIS - São Paulo ano 42, vol. 212, junho de 1953 - "Venda de bens do espólio Hasta - Hasta pública - Desnecessidade", FREDERICO DA COSTA CARVALHO; "As ações ordinárias de manutenção e reintegração de posse não correm nas férias", PAULO PENTEADO DE FARIA E SILVA. Consultas e Pareceres. Jurisprudência. Leis e Decretos.

Estrangeiras

INFORMACIÓN JURÍDICA - Madri (Espanha), nº 124, setembro de 1953 - "Revisión del artículo 41 de la ley hipotecaria", SANTIAGO PÉREZ VICENTE. Estudos e firmações. Noticiário. Revista de revistas.

*

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Lisboa (Portugal), nº 37, julho de 1953 - "Sub-rogação nos direitos do credor", ADRIANO PAES DA SILVA VAZ SERRA. Pareceres. Jurisprudência. Bibliografia. Revista das revistas.

*

BOLETIN DEL INSTITUTO DE DERECHO COMPARADO DE MEXICO - México, D.F. (México), ano VI, nº 17, maio-agosto de 1953 - "Derecho comparado, ciencia autónoma", CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA; "Introducción a la Metodología del Derecho", RAFAEL DE PINA; "Notas para un estudio del Derecho penal azteca", FRANCISCO GONZALEZ DIAZ LOMBARDO. Legislação. Bibliografia. Revista de revistas. Informação.

*

REVISTA DE DERECHO PUBLICO Y PRIVADO - Montevideú (Uruguai), ano XV, tomo XXX, nº 180, junho de 1953 "Contribución da mejora", GERVASIO A. DE POSADAS BELGRANO. Seção Jurisprudencial. Seção Bibliográfica.

*

REVISTA DE DERECHO PUBLICO Y PRIVADO - Montevideú (Uruguai), ano XVI, tomo XXXI, nº 181, julho de 1953 "El principio de prueba por escrito en nuestro derecho civil", CARLOS FERNANDO LAYERLE; "La protección penal de la familia", ANTONIO CAMAÑO ROSA; "La denuncia de los tratados internacionales y nuestro sistema constitucional", ALVARO ALVAREZ GILARDONI. Seção Jurisprudencial.

*

REVISTA DE DERECHO PUBLICO Y PRIVADO - Montevideú (Uruguai), ano XVI, tomo XXXI, nº 182, agosto de 1953 - "Fijación del alquiler razonable", LUIS ALBERTO SUAREZ; "El principio de prueba por escrito en nuestro derecho civil", CARLOS FERNANDO LAYERLE. Seção Jurisprudencial. Seção Bibliográfica.